



PODER JUDICIÁRIO  
**SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**  
PRSTM/SEP/AGEST/SPLAM

## **ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE), EM 03 DE MAIO DE 2024**

Aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, realizou-se a primeira Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2024, a fim de apresentar a situação atual da Carteira de Projetos Estratégicos (CPE) da Justiça Militar da União (JMU), as propostas de inclusão de novos projetos na CPE, a revisão de indicador estratégico e tratar do Encontro Nacional do Poder Judiciário e do Prêmio CNJ de Qualidade 2024.

Presentes o Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo; o Ministro-Corregedor da JMU, José Coêlho Ferreira; a Juíza-Corregedora Auxiliar, Safira Maria de Figueredo; a Juíza Federal Substituta da JMU, Denise de Melo Moreira; o Diretor-Geral da Secretaria do STM, José Carlos Nader Motta; o Secretário-Geral da Presidência, Luiz Fernandes de Oliveira; o Diretor de Tecnologia da Informação, Ianne Carvalho Barros; a Assessora de Gestão Estratégica e Inovação, Raissa Fernandes Marinho; a Secretária Judiciária, Giovanna de Campos Belo; a Coordenadora de Gestão do Conhecimento, Luciana Lopes Humig; a Assessora I da Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação, Ingrid Vallenich; o Coordenador de Patrimônio, Material e Serviços de Apoio, Bruno Sgaraboto; o Coordenador de Apoio Jurisdicional, Maurício da Silva Moreira Junior; o Diretor de Secretaria da Corregedoria, Eder Soares de Oliveira; o Supervisor da Seção de Planejamento e Monitoramento da Estratégia, Márcio Martins Bites Lôbo; e a Supervisora da Seção de Gestão de Riscos (SRISC), Suzane Matos Pessoa.

### **PAUTA**

A reunião foi iniciada pelo Ministro-Presidente, que cumprimentou todos os presentes e passou a palavra para a Assessora da AGEST, Raissa Fernandes Marinho, a qual apresentou a pauta: situação da Carteira de Projetos Estratégicos, com destaque para os projetos E-Proc Funcionalidades, Descentralização Patrimonial, Gestão de Riscos e Simplifica JMU; criação de um novo projeto estratégico, o Saneamento da Base Patrimonial da JMU; revisão do indicador estratégico tempo médio de tramitação de processos judiciais; metas nacionais do Poder Judiciário e metas específicas da JMU; Prêmio CNJ de Qualidade 2024 e a Primeira Reunião Preparatória para o Encontro Nacional do Poder Judiciário.

### **DELIBERAÇÕES**

Inicialmente, a gestora da AGEST esclareceu aos presentes o rito de

monitoramento da estratégia, que prevê reuniões de monitoramento (RM) com o Comitê Gestor da Estratégia (CGE), a cada dois meses, e reuniões de análise da estratégia (RAE), a cada quatro meses, com a alta gestão do Tribunal. Após os esclarecimentos iniciais, a palavra foi concedida para a Secretária da SEJUD, Giovanna de Campos Belo, que dissertou brevemente sobre a conclusão do projeto E-Proc Funcionalidades informando sobre a migração para o E-Proc Nacional, fornecido pelo TRF-4, e outras funcionalidades implementadas. Comunicou que, embora o projeto esteja finalizado, a cada quarenta dias são recebidas atualizações e correções de inconsistências do sistema. Diante disso, esclareceu que, após a conclusão do projeto, as atividades estão sendo tratadas como processos integrados às rotinas do Tribunal.

O próximo ponto da reunião foi o encerramento do projeto Descentralização Patrimonial. Com a palavra, o gerente do projeto, Bruno Sgaraboto, esclareceu que em 2017 a JMU implementou o Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN), também criado pelo TRF 4ª, para descentralizar a gestão patrimonial. Entretanto, durante a execução, foram identificadas várias inconsistências contábeis nas Auditorias, como materiais sem depreciação e necessidade de avaliação dos imóveis. Diante disso, foi sugerido um novo projeto estratégico para tratar dessas inconsistências. A criação do projeto Saneamento da Base Patrimonial da JMU, que será gerenciado pela Diretoria de Administração (DIRAD) e pela Assessoria de Contabilidade (ASCONT), foi aprovado pelo Ministro-Presidente.

Na sequência, a Assessora de Gestão Estratégica abordou a execução do projeto Simplifica JMU e a criação da Comissão Alusiva ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, presidida pelo Ministro Lourival Carvalho Silva. A gerente do projeto, Luciana Lopes Humig, apresentou o escopo inicial do projeto e as entregas relacionadas ao guia de linguagem simples, ao manual de padronização de atos oficiais, ao modelo de transcrição dos atos oficiais em linguagem simples e à minuta de ato normativo instituindo a linguagem simples na JMU. Além disso, a gerente informou que foi sugerido na reunião transferir a gerência do projeto para a Comissão. Ao final, a Assessora de Gestão Estratégica e Inovação esclareceu que a Comissão irá avaliar os produtos já entregues e reorganizar o novo escopo do projeto.

O projeto de Gestão de Riscos da JMU foi o próximo item tratado na reunião. A gerente do projeto, Suzane Matos Pessoa, destacou a evolução do projeto com a atualização da Política de Gestão de Riscos aprovada em 2023 e a priorização para a análise de riscos operacionais dos processos críticos da cadeia de valor da JMU. Além disso, informou aos presentes sobre a realização das oficinas para implementação da gestão de riscos nas contratações públicas, tendo em vista a relevância do processo com o advento da Nova Lei de Licitações e Contratos. Para orientar o trabalho desenvolvido nas oficinas em toda a JMU, a gerente apresentou o Catálogo de Riscos e Controles nas Contratações Públicas, que explica a metodologia para a análise de riscos aplicada aos processos do Tribunal. Expôs os critérios de análise e avaliação de riscos, os limites de exposição a riscos e as diretrizes de tratamento utilizados durante as oficinas. Acrescentou, ainda, que a Gestão de Riscos nas Contratações é um projeto-piloto para a validação do apetite ao risco proposto para a JMU, que, em momento oportuno, será deliberado pelo Comitê de Gestão de Riscos, presidido pelo Ministro José Coêlho

Ferreira. Após a fala, a Secretária Judiciária questionou a ausência de priorização da gestão de riscos para a área-fim do Tribunal. Sobre o questionamento, a Assessora da AGEST esclareceu que o projeto tem como objetivo implantar a gestão de riscos de forma gradativa e, portanto, o trabalho que vem sendo desenvolvido consiste em um piloto para implementar uma metodologia que, após validada, será disseminada na JMU. A gerente do projeto reforçou sobre a materialidade das contratações públicas e o seu impacto para a imagem do Tribunal, as recomendações do Tribunal de Contas da União e as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, bem como a Lei 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos, que trouxe a Gestão de Riscos como um dos temas centrais. Destacou que o propósito das oficinas é auxiliar todas as áreas da JMU na avaliação e tratamento de riscos e que há planejamento para a realização de oficinas referentes à gestão de riscos cibernéticos, proteção de dados e assédio moral. Além disso, a Assessora da AGEST ressaltou que a gestão de riscos é uma responsabilidade de todos os servidores e a SRISC, como órgão de assessoramento técnico, está à disposição para orientar as unidades. Por fim, a gerente do projeto elencou as ações desenvolvidas para a promoção da cultura de gestão de riscos, uma vez que se trata de outro objetivo do projeto.

Acerca dos indicadores estratégicos, a Assessora de Gestão Estratégica e Inovação apresentou a dificuldade da Seção de Estatística e Análise de Dados (SESTA) acessar a base de dados do E-Proc Nacional para calcular o tempo médio de tramitação dos processos judiciais. Dessa forma, foi comunicada aos presentes, após alinhamento com a área-fim, a utilização do indicador do painel estatístico do CNJ, que calcula o tempo médio de tramitação de processos diretamente da base de dados do DataJud. Em seguida, abordou o indicador da posição da JMU no Prêmio CNJ de Qualidade, apresentando os eixos temáticos da pontuação, o encaminhamento de demandas para as unidades responsáveis por cada requisito e a criação da Comissão Estratégica do Prêmio CNJ de Qualidade no âmbito da JMU, presidida pela Ministra Maria Elizabeth Guimarães Rocha.

Por fim, o último ponto abordado na reunião foi o resultado parcial das Metas Nacionais do Poder Judiciário e Metas Específicas da JMU, além da Primeira Reunião Preparatória para o Encontro Nacional do Poder Judiciário. A Assessora da AGEST apresentou os resultados parciais da Meta 1, julgar mais processos que distribuídos, das Metas 2 e 4, que tratam de julgamento de processos mais antigos, e da Meta 9, que determina a implantação de dois projetos oriundos do laboratório de inovação. Em seguida, foi apresentada a programação da Primeira Reunião Preparatória para o Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Após sua apresentação, a assessora da AGEST agradeceu a atenção de todos e devolveu a palavra ao Ministro-Presidente. Nada mais havendo a ser tratado, o Ministro-Presidente agradeceu a presença de todos, declarando a reunião encerrada às dezesseis horas.



Documento assinado eletronicamente por **RAISSA FERNANDES MARINHO**, **ASSESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO**, em 07/06/2024, às 14:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA, SECRETARIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA**, em 07/06/2024, às 18:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 07/06/2024, às 18:29 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO SGARABOTO, COORDENADOR DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E SERVIÇOS DE APOIO**, em 07/06/2024, às 19:07 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDER SOARES DE OLIVEIRA, DIRETOR DE SECRETARIA DA CORREGEDORIA**, em 08/06/2024, às 15:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 08/06/2024, às 20:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IANNE CARVALHO BARROS, DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, em 09/06/2024, às 17:51 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SUZANE MATOS PESSOA, CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS**, em 10/06/2024, às 13:18 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO DA SILVA MOREIRA JUNIOR, COORDENADOR DE APOIO JURISDICIONAL**, em 11/06/2024, às 16:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA LOPES HUMIG, COORDENADORA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO**, em 11/06/2024, às 21:10 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SAFIRA MARIA DE FIGUEREDO, JUÍZA-CORREGEDORA AUXILIAR**, em 13/06/2024, às 15:52 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE MELO MOREIRA, JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA JUSTIÇA MILITAR**, em 13/06/2024, às 19:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO MARTINS BITES LÔBO, CHEFE DA SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA**, em 18/06/2024, às 18:52 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código  
verificador **3733656** e o código CRC **9F89ED40**.

---

---

3733656v75